



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

ANA PAULA ALMEIDA SOUSA

**MULHERES CAMELÔS: UMA ANALISE SOBRE O TRABALHO FEMININO NO
CENTRO COMERCIAL DE TERESINA (2010-2020)**

Teresina- Piauí
2025

ANA PAULA ALMEIDA SOUSA

**MULHERES CAMELÔS: UMA ANÁLISE SOBRE O TRABALHO FEMININO NO
CENTRO COMERCIAL DE TERESINA (2010-2020)**

Monografia, apresentada ao curso de licenciatura
plena em História, da Universidade Estadual do
Piauí (UESPI) como requisito à obtenção do
título de licenciado(a) em História

Orientador(a): Prof. Me. Cláudio Rodrigues Melo

Teresina-Piauí

2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me guiado desde o começo do curso até a tão sonhada conclusão. Aos meus pais , em especial minha amada mãe “Tontonha “por todo apoio e motivação , as minhas queridas irmãs Carla e Laura por sempre estarem ao meu lado me dando força para a finalização dessa jornada acadêmica .Ao meu maravilhoso esposo André por ser meu alicerce ,por ser paciente e por caminhar comigo ao longo desses anos na Universidade .Não poderia deixar de agradecer as minhas maravilhosas amigas Raylana e Vitória com quem desde o primeiro período pude contar, amizade que a mãe UESPI me concedeu que já levo para além da sala de aula.

Ao meu querido professor Claudio Rodrigues Melo por ter aceitado me orientar no seguinte trabalho e por sua abençoada paciência. Aos professores João Junior, Valtéria, Salânia, Moisés, Cristiana e Raimundão pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso. Agradeço a todos os professores com quem tive a honra de aprender no decorrer desses anos, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado. Enfim, agradeço de coração a todos os que estiveram comigo nesse longo período acadêmico dividindo experiências e muito aprendizado. Que Deus abençoe a todos!

RESUMO

Mulheres Camelôs: Uma análise sobre o trabalho feminino no centro comercial de Teresina (2010-2020), é um trabalho de caráter exploratório e de abordagem qualitativo e quantitativo, pois se propõe a conhecer os dados e o perfil socioeconômico das mulheres camelôs teresinenses, o seu modo de vida, as percepções de suas realidades, os motivos que as levaram a procurar no mercado informal sua fonte de sustento e as condições de trabalho vivenciadas por essas mulheres. para atingir tais objetivos, foi feito o uso de fontes orais, documentos escritos, fotografias e notícias vinculadas em jornais de circulação nacional e local. São diversos os motivos que levam as mulheres a buscar no centro de Teresina sua fonte de sustento, em uma entrevista desenvolvida em duas principais praças da cidade, Praça da Bandeira e Praça Rio Branco é possível encontrar centenas de trabalhadores informais, entre as mulheres, vendedoras de frutas, vestuário, variedades, vendedoras de bijuterias, lanches e água de coco, essas ambulantes apesar dos desafios enfrentados diariamente, ainda enxergam no mercado informal mais vantagens do que no setor formal da cidade.

Palavras-chave: História; Informalidade; Camelô, Trabalhadoras; Teresina.

ABSTRACT

Women street vendors: An analysis of women's work in the commercial center of Teresina (2010-2020), is an exploratory study with a qualitative and quantitative approach, as it sets out to find out the data and socioeconomic profile of the women camelôs from Teresina, their way of life, perceptions of their realities, the reasons that led them to look to the informal market for their source of livelihood and the working conditions experienced by these women. to achieve these objectives, use was made of oral sources, written documents, photographs and news items linked in national and local newspapers. In an interview conducted in two of the city's main squares, Praça da Bandeira and Praça Rio Branco, it was possible to find hundreds of informal workers, among them women selling fruit, clothing, varieties, jewelry, snacks and coconut water. Despite the challenges they face on a daily basis, these street vendors still see more advantages in the informal market than in the city's formal sector.

Keywords: History; Informality; Street vendors; Workers; Teresina.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. O COMÉRCIO INFORMAL E A VIDA DOS TRABALHADORES INSERIDOS NA INFORMALIDADE	10
2.1. O que é o comércio informal, comercio de rua, camelôs?	10
2.2. Causas e consequências do trabalho informal	14
3. O COMÉRCIO INFORMAL NA CAPITAL DO ESTADO DO PIAUÍ	16
3.1. Tipos de informalidade no centro de Teresina	16
3.2. Perfil social dos trabalhadores que compõe o mercado informal de Teresina ...	25
4. VERIFICAÇÃO DA CONDIÇÃO SOCIAL DE MULHERES NO COMÉRCIO INFORMAL DE TERESINA	26
4.1. A trabalhadora teresinense e os desafios de sua jornada.....	26
4.2. Políticas públicas que visem o acolhimento dos trabalhadores informais na cidade	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

1. INTRODUÇÃO

. Esta pesquisa tem caráter exploratório e sua abordagem será qualitativa e quantitativa, uma vez que se propõe a conhecer os dados e o perfil socioeconômico das mulheres camelôs, bem como as percepções de sua realidade, objetivando conhecer as perspectivas, os modos de vida e as condições de trabalho vivenciadas por essas mulheres camelôs que trabalham na cidade de Teresina-PI. Os resultados dessa pesquisa proporcionarão um olhar sobre o cotidiano dessas mulheres evidenciando suas relações com o mundo do trabalho, e os desdobramentos com sua vida cotidiana.

Metodologicamente, optamos pelo uso de fontes orais, imagens fotográficas, jornais e portais de notícias. Utilizou-se questionário como modo interativo, por meio de entrevistas estandardizadas com mulheres atuantes no centro de Teresina. Para embasamento teórico, os documentos escritos, de autores como Cacciamali (2000), *Globalização e Processo de Informalidade*; Costa (2010), *Trabalho Informal: Um Problema Estrutural Básico no Entendimento das Desigualdades Sociais Brasileiras*; Hirata (2002), *Globalização e Divisão Sexual do Trabalho*; Pamplona (2010), *Mercado de Trabalho, Informalidade e comércio ambulante em São Paulo*; Silva (2021), *Classe, Gênero e Trabalho Precário: Um estudo sobre a condição da mulher comerciária de Teresina (1980-1990)* e Well (2010), *Mulheres camelôs do centro histórico de Manaus: Identidade e Condições de Trabalho na Praça Matriz*.

Afim de encontrar as respostas para as perguntas iniciais deste trabalho em torno dos desafios vivenciados pelas teresinenses atuantes no comercio de rua, foi necessário fazer a busca de notícias vinculadas em jornais, portais de notícias e portais oficiais da prefeitura atuantes na cidade de Teresina, bem como foi de grande valia, os resultados obtidos no Jornal *Meio News*, *Portal AZ*, *Agência de Comunicação Junior (AGECOM)*, *TV Cidade Verde*, *Câmara Municipal de Teresina*, *Portal Luneta*, *Move Notícias*, *Portal GPI*, *Legisweb*, *Portal OitoMeia*, *Portal G1*, *Rede Piauí*, *Tv Assembleia* e *Sindicato dos Comerciários de Teresina* que contribuam para o desenvolvimento da pesquisa, objetivando analisar as condições de trabalho de mulheres, tendo em vista a situação socioeconômica a qual estão inseridas que resultam na informalidade do seu trabalho dentro de atividades instáveis ou temporárias quando se encontram na condição de desempregadas.

Para o desenvolvimento da entrevista, foi elaborado previamente um questionário de quatro perguntas, sendo elas: (1) O que a levou a trabalhar no ramo de camelô; (2) Durante seu dia a dia, quais os desafios enfrentados atuando no local; (3) Sua atuação atual é a sua principal fonte de renda; (4) Se pudesse escolher entre trabalhar no ramo formal (com carteira assinada e todos os direitos trabalhistas), mas vivendo de salário mínimo, trocaria a vida de camelô. Ao

todo, cinco entrevistadas aceitaram participar das pesquisas, cada participante atua na venda de um produto diferente da outra, a busca por essa variedade de produtos, partiu da necessidade de extrair diferentes perspectiva dentro do ramo da informalidade. Outro critério prévio foi a escolha de duas praças do centro da cidade, afim de diversificar a vivência relatada por cada ambulante. Ao final das entrevistas, onde todas as cinco ambulantes foram ouvidas, uma resposta em comum se fez presente: não trocariam o ramo informal pelo comércio formal.

A monografia em questão, tem grande valia científica, social e pessoal, respectivamente por continuar a debater e expor a posição que a mulher ocupa no mercado de trabalho, no caso da pesquisa, a ausência da trabalhadora no mercado formal e sua maior proximidade com o mercado informal por necessidade financeira, situação está que se mantém, mesmo com toda a luta no decorrer da história para que a mulher ocupe espaços de trabalho, assim como os homens vem ocupando. No âmbito social, o trabalho se propõe a analisar o universo em torno do comércio de rua, os prós e contras, dessa modalidade de economia tão presente no dia a dia nas principais ruas da cidade de Teresina. Por fim, no âmbito pessoal, como acadêmica de história, mulher e trabalhadora informal, o tema dessa monografia tem reflexo direto em minha própria vivência.

O trabalho informal caracteriza-se como uma das expressões da questão social na atualidade, uma vez que seu crescimento evidencia a ausência de oportunidades de emprego e consequentemente a precarização do mercado de trabalho. No município de Teresina visualizamos o crescimento da informalidade principalmente quando circulamos pelo centro comercial e nos deparamos com a expressiva quantidade de vendedores ambulantes que buscam a sua sobrevivência por meio de vendas de diferentes produtos.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIESE), o que impede a inserção da mulher no mercado de trabalho é um conjunto de fatores, como os salários desiguais quando comparados com o dos homens, dificuldades de crescimento profissional e a informalidade. No ano de 2023, foi aprovada a Lei 14.611/2023, conhecida como a lei da igualdade salarial, com sanções mais criteriosas aos empregadores que descumprirem as regras, assim, estabelecendo a busca para a criação de parâmetros no intuito de enfrentar a falta de isonomia de salário entre homens e mulheres. Após as eleições de 2022, emergem novas condições para o avanço das negociações coletivas, com o intuito não somente de elevar os salários, como também discutindo cláusulas para a igualdade de gênero (BRASIL, 2023).

Mulheres Camelôs: uma análise sobre o trabalho feminino no centro comercial de Teresina (2010-2020), se divide em três capítulos. O primeiro deles, intitulado de O comercio

informal e a vida dos trabalhadores na informalidade, contém dois subtítulos, se inicia contextualizando o que seria o comércio informal, a primeira vez que o termo foi usado na conferência internacional do trabalho, as mudanças na terminologia ao longo das conferências, bem como a definição dada por estudiosos da temática. Ainda nesse subtópico, foi descrito a trajetória do mercado de trabalho brasileiro, desde as primeiras leis trabalhistas, passando pelas transformações ocorridas na década de 1990, até o período escolhido como recorte temporal do trabalho aqui citado. Houve também a necessidade de incluir dados recentes do marcador de raça/cor na diferença entre homens e mulheres.

O segundo subtópico, preocupa-se em apresentar as principais causas e consequências que levam muitos brasileiros a encontrar na informalidade sua fonte de renda e sustento. Vale que há diferentes motivos, mas o principal deles está relacionado com o desemprego últimos anos e a crise econômica mundial pós pandemia.

O Comércio informal na capital todo estado do Piauí, tema do segundo capítulo, também se divide em dois subtópicos, o primeiro, preocupa-se em analisar os tipos de informalidades encontradas no centro de Teresina. O ponto de partida foi trazer como ocorreu a Agenda 2015, discutida no início dos anos 2000, e que em 2009 foi responsável pela retirada dos camelôs das ruas e sua realocação, no que se tornaria popularmente conhecido como *shopping* dos camelôs, os motivos que levaram os ambulantes a retornarem para as ruas no ano de 2015, como isso refletiu entre os lojistas, os pedestres e a atuação da prefeitura de Teresina para controlar a situação. Os diferentes tipos de mercadorias encontradas entre os ambulantes são apresentados através de notícias dos portais locais. O segundo subtópico, tem como foco o perfil social dos trabalhadores atuantes no mercado informal de Teresina, através também de entrevistas se tem contato com a realidade de vendedores de sorvete e trabalhadoras que atuam no semáforo em busca de oportunidade de emprego.

O terceiro e último capítulo, chamado de Verificação da condição social das mulheres no comércio informal de Teresina, também se subdivide em dois, o primeiro focaliza em apresentar o relato de trabalhadoras informais atuantes no centro de Teresina, os motivos que as levaram a atuar nesse ramo, como se sustentam e sustentam seus filhos, os desafios enfrentados diariamente, bem como se sua atual condição de trabalhadora ambulante é ou não mais vantajosa do que o trabalho formal. O segundo subtópico, destaca quais são as políticas públicas para essas mulheres camelôs, foi apresentado tanto as políticas públicas da cidade de São Paulo, partindo do entendimento de que a capital é um grande polo comercial, como as que estão em vigor na cidade de Teresina.

2. O COMÉRCIO INFORMAL E A VIDA DOS TRABALHADORES INSERIDOS NA INFORMALIDADE

2.1. O que é o comércio informal, comercio de rua, camelôs?

O termo “informal” foi caracterizado pela primeira vez pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹, após conferência realizada em 1969, que lhe atribuiu as seguintes características: (a) propriedade familiar do empreendimento; (b) origem e aporte próprio dos recursos; (c) pequena escala de produção; (d) facilidade de ingresso; (e) uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; (f) aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; e (g) participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado (Cacciamali, 2000, p. 155).

O ponto de partida para delimitar o setor informal, portanto, são as unidades econômicas, orientadas para o mercado, com as distinções acima mencionadas, entre as quais sobressai o fato de o detentor do negócio exercer simultaneamente as funções de patrão e empregado e de não existir separação entre as atividades de gestão e de produção (Cacciamali, 2000, p. 155).

Segundo Cacciamalli (2000), o adjetivo informal é encontrado a partir das expressões, setor informal, que pressupõe sua localização num lugar determinado da estrutura produtiva; economia informal, considerada como um conjunto de atividades extraoficiais e não tributadas; e trabalho informal, reconhecido como atividade lícita e legítima, apesar da ausência de regulamentação por parte do Poder Público.

O termo setor informal, embora sugira maior rigor, desde a sua origem, vem sendo aplicado na literatura especializada, especialmente latino-americana, de uma maneira abrangente. Essa denominação, entretanto, pode representar fenômenos muito distintos, como por exemplo: evasão e sonegação fiscais; terceirização; microempresas, comércio de rua ou ambulante; contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou migrantes; trabalho temporário; trabalho em domicílio, etc. (Cacciamalli, 2000, p. 148).

Seja qual for o conceito que o qualifica, o significado informal traz, já na sua raiz etimológica, algo que não tem forma ou ausência de formalidade. A falta de um significado preciso ao termo informal não poderia expressar melhor a ambiguidade subjacente à condição das pessoas que trabalham informalmente. A 15ª Conferência de Estatísticas do Trabalho, realizada em Genebra, Suíça, em janeiro de 1993, após mais de 20 anos de debates e controvérsias, consagra a seguinte vertente metodológica (Cacciamali, 2000).

¹ A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é uma instituição mundial que organiza e legisla sobre assuntos trabalhistas que possam valer em todos os países-membros dessa organização. Trata-se de um órgão fundamental para o respeito ao trabalho e dignidade de cada ser humano deste planeta, sendo de extrema importância para a diminuição e erradicação de qualquer tipo de exploração no mercado de trabalho.

O setor informal é uma gama de empresas familiares ou domésticas, ou seja, empresas dirigidas por unidades domésticas ou por membros familiares tanto individualmente quanto em parceria com outros. Ao contrário das corporações ou quase-corporações, as unidades domésticas são definidas pela SNA como unidades de produção que não são constituídas como entidades legais separadas por seu(s) proprietário(s) e que não tem um controle completo dos encargos do negócio, incluindo o balanço comercial dos recursos e responsabilidades. Nesse sentido, o tipo de organização legal da unidade e o controle do negócio são os primeiros critérios propostos pela definição internacional do setor informal. (Cacciamali, 2000).

Vale ressaltar, que o trabalho informal se caracteriza como uma das expressões da questão social na atualidade, uma vez que seu crescimento evidencia a ausência de oportunidades de emprego e consequentemente a precarização do mercado de trabalho.

o emprego informal compreende o total de empregos informais em empresas dos setores formal e informal e nos domicílios, o que inclui: trabalhadores por conta-própria dono de sua empresa do setor informal; empregadores donos de sua empresa do setor informal; trabalhadores familiares auxiliares; membros de cooperativas de produtores informais; assalariados que têm empregos informais (ou seja, aqueles que possuem relação de trabalho em desacordo com a legislação trabalhista, tributária e previdenciária) em empresas formais, informais ou em domicílios; e trabalhadores por conta-própria que produzem bens exclusivamente para consumo próprio. Não estão incluídos, no conceito de emprego informal, os assalariados que tenham empregos formais em empresas do setor informal. Os conceitos de “setor informal” e “emprego informal” reunidos formariam o que a OIT chama de “economia informal” (ILO, 2003).

O mercado de trabalho brasileiro, desde os seus primórdios, não conseguiu inserir direitos suficientes para as massas trabalhadoras, principalmente quando não havia leis trabalhistas no país. Uma parte da população que conseguia um emprego, enfrentava condições de trabalho precarizada, como horários excessivos, salários baixos e risco a saúde. Vale destacar, que houve a exclusão da população negra, dos trabalhadores rurais e de muitas outras categorias trabalhistas, que não encontraram espaço dentro do mercado de trabalho, passando a viver na informalidade (Costa, 2010, p. 171).

Durante o período em que o país esteve sob o comando de Getúlio Vargas (1930-1945), foi verificado uma reforma jurídica, onde foi desenvolvido vínculos mais duradouros entre os padrões e seus empregados, contribuindo com a reforma econômica e reserva de mercado. Entre o recorte temporal que se inicia de 1930-1980, veio a ser marcado pelo crescimento e implantação das indústrias brasileiras. Este período pode ser considerado como de grande importância para a evolução do mercado de trabalho (Silva; Moura, 2022).

Com a abertura de novas indústrias, incentivada pelo intenso governo intervencionista, a população rural começou a se concentrar nas cidades. Até meados de 1940, a maior parte da população brasileira residia na zona rural, foi na década de 1980 que ficou mais perceptível a inversão desta estatística, onde mais de dois terços dos brasileiros estavam residindo nas zonas

urbanas e apenas um terço da população morais no interior. Ao chegar nas grandes capitais, em busca de melhoria na condição de vida e trabalho, os contratos trabalhistas aconteciam de maneira informal (Silva; Moura, 2022).

Nota-se que desde o início da década de 1980 até o final da década de 1990 o Brasil passava por uma crise econômica, que teve origem ainda nos anos setenta. No procedimento de redemocratização (1979-1988), o aumento contínuo da inflação acompanhado de uma retração do crescimento econômico teve como resultado uma forte recessão. Esta década passou a ser conhecida como: a década perdida, onde o Brasil contava com aglomerado urbano, concentrando nela grande parte de toda população do país (Silva; Moura, 2022).

Durante a década de 1990 a realidade se agrava com as mudanças que ocorreram na economia e nas instituições do mercado de trabalho. Com a abertura econômica e as privatizações, ocorre uma pressão no processo de reestruturação produtiva sistemática, em especial, no setor secundário, afetando o nível de emprego e sua qualidade, com a flexibilização dos vínculos (Costa, 2010, p. 171).

A globalização surtiu efeito na desigualdade dos empregos masculinos e femininos nos anos noventa. Se por um lado, o emprego masculino veio a regredir ou estagnar, a liberalização do comércio e a intensificação da concorrência internacional, tiveram como resultado o crescimento de empregos e trabalho renumerado das mulheres em níveis mundiais, ainda que houvesse exceções, como o caso da África subsaariana. Percebe-se o crescimento da participação feminina dentro do mercado de trabalho, em áreas formais, como também nas informais. Ainda assim, nos continentes Asiáticos, Europeu e na América Latina, essa participação se inseriu em empregos vulneráveis e precários (Hirata, 2002, p. 143).

O paradoxo da globalização, onde ocorre o aumento do emprego renumero, mas acompanhado da precarização e vulnerabilidade crescente. Basicamente, não houve uma mudança nas desigualdades de salários, as condições de trabalho e saúde não passaram por mudanças e a divisão do trabalho doméstico continuou o mesmo, mesmo a mulher passando a ter mais responsabilidades profissionais (Hirata, 2002, p. 143).

O contexto atual está profundamente marcado por uma transformação dupla – e paradoxal – do trabalho, caracterizado, por um lado, pela estabilidade requerida pelos “novos modelos de produção” que apela ao forte envolvimento do trabalhador, e, de outro, pela insegurança no emprego devida ao desenvolvimento da flexibilidade do trabalho e ao aumento do desemprego (Hirata, 2002, p. 146).

Segundo Costa (2010), a população desempregada buscou meios de garantir sua fonte de renda no mercado de trabalho informal, com suas mais variadas formas de trabalho autônomo, irregular, precário, ambulante e temporário. A intensa presença de trabalhadores nos centros urbanos vendendo todo tipo de produto, como alimentos, roupas e produtos importados da China, atividades estas, compostas por redes de médias e pequenas firmas de situação

clandestina que fazem intermédio de um trabalho de mão de obra barata, análogos muitas vezes a escravidão, para emprestas de grande porte capitalistas.

Houve também o crescimento de atividades que até então não haviam sido reconhecidas como trabalho regular o regulamentado, como outdoors humanos ambulantes, guardadores de carro, carregadores na feira, catadores de lixo, trabalhadores domésticos casuais, entre outros. A nova informalidade urbana, que cresce em diversas modalidades de atividades, contribui para a heterogeneidade ainda maior do mercado de trabalho, e tem como marca a precarização das condições de vida e de trabalho, a ausência dos princípios de cidadania, a pobreza e as desigualdades sociais (Costa, 2010, p. 172).

Discutir a questão da informalidade no Brasil, ou até mesmo em outros países, é uma tarefa sempre complexa e delicada pela quase absoluta ausência de dados sobre tais empreendimentos, situação que não poderia ser diferente, uma vez que decorre de sua própria condição de informal: não há registros formais do informal (Nogueira, 2019). De acordo com o IBGE, em 2019 o desemprego cai em 16 estados e outros 20 têm informalidade recorde, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Através de Adriana Beringuy, analista da pesquisa, verificou-se que há uma relação entre o aumento da população empregada no país e o aumento da informalidade. Assim, a pesquisadora relata que, mesmo com a queda no desemprego em vários estados, a taxa da informalidade é superior ao crescimento da população ocupada. No Brasil, do acréscimo de 1,819 milhão de pessoas ocupadas, 1 milhão são de pessoas na condição de trabalhador informal.

No ano de 2021, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga a pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), destacando a evolução do mercado de trabalho no Brasil em um recorte temporal que se inicia em 2012 e finaliza em 2020. O resumo tem por objetivo apontar as principais movimentações observadas no mercado de trabalho do país. Para isso, foi calculado as médias aritméticas dos quatros trimestres civis de cada um dos anos para as principais estimativas. Afim de se fazer uma comparação, optou-se pela escolha de trabalhar confrontando o ano de (2020), com os anos de 2019, 2012, e 2014. A escolha do ano de 2014 se deu em especial, por ter sido o ano em que o mercado de trabalho brasileiro apresentou as menores taxas de desocupação, dentro do recorte de nove anos de série histórica dessa pesquisa (IBGE, 2021).

O mercado de trabalho em 2020 teve forte impacto da pandemia do COVID-19. Principalmente, a partir dos dados do trimestre móvel fevereiro-março-abril de 2020, observou-se queda acentuada da população ocupada, cuja retração, em 2020, foi de 7,9%. Como consequência, o nível da ocupação atingiu a menor estimativa anual da pesquisa: 49,4%. Por outro lado, houve crescimento recorde da população fora da força de trabalho, que em 2020 apresentou expansão de 9,9 milhões de pessoas (IBGE, 2021).

Ainda segundo a pesquisa, no ano de 2019 os trabalhadores informais chegavam ao total de 38,4 milhões de pessoas, no ano seguinte houve uma redução, baixando para 33,3 milhões de pessoas. Dessa forma, a taxa de informalidade em porcentagem passou de 41,1% em 2019 para 38,7% em 2020. Apesar da queda, não significou melhores condições para esses trabalhadores ou uma transição para a formalidade. Na verdade, este movimento tem relação com a perda acentuada de ocupação de trabalhadores informais durante os primeiros meses do ano de 2020, em que a pandemia mais impactou a maneira de viver das pessoas em todos os âmbitos (IBGE, 2020).

O trabalho por conta própria que envolvia, em 2012, 20,3 milhões dos trabalhadores do País, passou a totalizar 24,2 milhões em 2019, correspondendo, portanto, ao acréscimo de 3,9 milhões de pessoas em sete anos. Contudo, em 2020, o contingente desses trabalhadores baixou para 22,7 milhões de pessoas, representando queda de 6,2% em um ano. Dentre os trabalhadores por conta própria, cerca de 76% não tinham registro no CNPJ em 2020 (IBGE, 2021).

Em um relatório recente, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apresenta um panorama em torno do desemprego, informalidade e inatividade no país, fazendo uma comparação entre o ano de 2016 e 2022. Dando ênfase no mercado de raça/cor, a diferença na taxa de informalidade entre homens e mulheres ficou abaixo de 2 pontos entre os dois anos citados, a desigualdade entre pessoas negras e brancas foi mais expressiva. No ano de 2016, a diferença foi superior a 15 pontos. Homens negros e mulheres brancas apresentaram respectivamente 47,8% e 32,4%. Em 2022, ocorreu uma redução desse percentual, com 12,7 pontos, ainda assim, não deixou de ser alto, com 47,8% para homens negros e 35,7% para mulheres brancas (IPEA, 2024).

Pessoas negras representam o retrato da informalidade no país. Em 2022, 62% da população que se encontrava inserida na informalidade era composta por trabalhadores negros. Homens negros representavam quase (36,7%), em segundo lugar, mulheres negras com (25,3%), homens brancos em (20,8%) e em último lugar, mulheres brancas com (17,2%) (IPEA, 2024).

Analisando a série histórica, destaca-se que a interseccionalidade de gênero e raça é bastante relevante para a compreensão da desocupação. As mulheres negras são as mais vulnerabilizadas, apresentando as maiores taxas de desocupação ao longo de todo o período. Em contraste, os homens brancos têm as taxas mais baixas (IPEA, 2024).

2.2. Causas e consequências do trabalho informal

Através do artigo de João Batista Pamplona, *Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo* (2013), é possível compreender a evolução do comércio de rua com o passar dos anos. Na cidade de São Paulo, no ano de 2009, 1,7% da população ocupada trabalhava nas ruas. Embora de início a percentagem parece ser pequena, na verdade ela representa o total de 100 mil pessoas, trabalhando como ambulantes, sua atuação tem efeitos urbanos e socioeconômicos bastante importantes. Pela perspectiva do senso comum, os ambulantes tem contribuindo, para a desqualificação da área central da cidade. Quem critica a atuação dessas pessoas em busca da sua fonte de renda, alega que sua presença deixa lixo nas ruas e dificulta a mobilidade urbana (Pamplona, 2013, p. 226).

Há ainda o fato de muitos dos ambulantes não cumprem com as obrigações fiscais, trabalhistas e previdências, bem como uma parcela tem envolvimento com atividades de contrabando e receptação. A atividade exerce também, um papel de destaque na distribuição e comercialização para a população de baixa renda das grandes cidades, ao atuar oferecendo mercadorias de fácil acesso e abaixo custos. A presença do comércio de rua não deve ser encarado simplesmente como algo bom ou ruim para as grandes cidades. Os comerciantes que atuam nas ruas causam efeitos heterogêneos (Pamplona, 2013, p. 226).

As motivações e estímulos que levam as pessoas a atuarem em atividades ambulantes também são heterogêneas. Nem todas as atividades dentro da informalidade são fruto da crise econômica, da pobreza ou de ações ilegais socialmente condenáveis, como pirataria, contrabando e receptação. Surge a necessidade de considerar a possibilidade de que haja trabalhadores informais que tenham recursos e condições de exercer seus negócios de forma econômica e socialmente viável (Pamplona, 2013, p. 226).

O comércio de rua é um fenômeno vigoroso, que resiste há séculos de mudanças econômicas e urbanas. Ao contrário do que se imaginava, não sucumbiu à modernidade capitalista, mas foi alimentado por ela, por suas iniquidades. Nas grandes cidades brasileiras, o comércio de rua envolve diretamente uma quantidade de pessoas - vendedores e clientes - grande demais para ser ignorada. Em que pese sua relevância como fenômeno empírico, há poucas pesquisas no Brasil sobre o tema, especialmente levantamentos que se fundamentem em dados estatísticos recentes, que o examinem no longo prazo, considerando as relações entre as variações qualitativas e quantitativas da ocupação no comércio ambulante e a dinâmica geral do mercado de trabalho da cidade. Nessa perspectiva, esse importante segmento de trabalhadores do setor informal urbano, tem tido pouco tratamento científico (Pamplona, 2013, p.226).

No contexto brasileiro, a existência do setor informal esteve atrelada a insuficiente geração do emprego formal. Outro motivo para a sua existência vista como tradicional no Brasil, foi resultado do incremento da população em idade ativa resultante do crescimento vegetativo da ação das migrações. Com a acentuada redução nas últimas décadas na geração de empregos, em especial nas indústrias, a informalidade tornou-se a alternativa mais duradoura para muitos trabalhadores, sejam eles assalariados desempregados que atuaram no setor formal

ou trabalhadores que começaram a atuar na informalidade e tem poucas chances de sair disso (Pamplona, 2013, p. 223).

Para Cacciamali (2000), a ampliação do mercado de trabalho dos informais, ou contra-própria, no Brasil passou a ser induzida, por quatro motivos, são eles: restrição dos empregos assalariados e a ausência de políticas públicas compensatórias; a oportunidade de ganhar a mais do que os empregos assalariados de média e baixa qualificação oferecem; o aumento de atividades de serviços; a estratégia de sobrevivência encontrada por pessoas com dificuldades de emprego e inserção no mercado de trabalho, que assim poderão exercer funções de baixa produtividade (Cacciamali, 2000, p. 160).

A baixa renda da grande maioria da população brasileira, o pouco patrimônio acumulado, a insuficiência de políticas sociais e programas de seguro-desemprego que não suprem por completo as necessidades, fazem com que a situação de desemprego seja superada a todo custo, aproximando os brasileiros para a ocupação informal (Pamplona, 2013, p. 233).

A informalidade tem se tornado uma questão cada vez mais presente no debate público. Em alguns momentos, ela está associada à forma como alguns negócios operam, seja devido à precariedade das suas condições ou como parte das suas estratégias competitivas. Em outros casos se refere às características das ocupações. Ao longo dos períodos de crise econômica, ou na tentativa de retomada durante a pandemia, a informalidade também é descrita como um “colchão” para aqueles que saem – a princípio provisoriamente - do mercado formal. O surgimento de novas ocupações, como os entregadores e motoristas de aplicativo, também invoca o uso do conceito para definir relações de trabalho pouco usuais até 2014. Além disso, mesmo dentro de grandes empresas geradoras de postos de trabalho formais, é discutida a prática da informalidade (Pamplona, 2013).

3. O COMÉRCIO INFORMAL NA CAPITAL DO ESTADO DO PIAUÍ

3.1. Tipos de informalidade no centro de Teresina

No Brasil, no início dos anos 2000, surge a necessidade de alcançar um maior e mais expressivo desenvolvimento urbano e social, partindo do respeito ao equilíbrio ambiental e afim e assegurar o bem-estar dos cidadãos, foi instituído o Estatuto da Cidade (EC), conforme a lei Nº 10.257 de 10 de julho de 2001. O estatuto em questão, reúne importantes instrumentos urbanísticos, jurídicos e tributários, podendo garantir a efetividade ao Plano Diretor, sendo obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes. O EC incorpora a necessidade de política urbana que tem como principal objetivo, ordenar o desenvolvimento pleno das funções sociais da cidade e da propriedade mediante a garantia dos direitos a cidades mais sustentáveis, entendido também como direito à terra urbana, à moradia, à infraestrutura, ao saneamento ambiental, serviço, ao transporte, trabalho e lazer para a sociedade presente e futuras gerações (Façanha; Viana, 2012, p. 61).

Partindo da necessidade de fazer uma correção sobre a maneira em que a cidade estava crescendo afim de eliminar os efeitos negativos que o meio ambiente teresinense estava

sofrendo devido a forma em que estava sendo conduzido, que o governo municipal, no entendimento às exigências do novo Estatuto da Cidade, estabeleceu seu Plano Estratégico no ano de 2002. O Plano de Desenvolvimento Sustentável de Teresina, ficou conhecido como Agenda 2015, foi instituído para contribuir com o processo de construção da agenda 21 Brasileira, atendendo as diretrizes nacional das Cidades Sustentáveis (Façanha; Viana, 2012, p. 62).

A maneira como os camelôs deveriam ser organizados em um único local era um assunto recorrente no processo de planejamento da cidade. Com a realização da Agenda 2015, dentro do eixo de revitalização do Centro, mais uma vez veio à tona a discussão de organizar o comércio informal da cidade, nesse processo surgiu a diretriz necessária para intervir na revitalização (Rede Piauí, 2019).

O planejamento tinha como foco a retirada dos camelôs das ruas e praças, dessa maneira a prefeitura poderia fazer uma requalificação urbanística nesses locais, um local estratégico foi estudado para não distanciar os ambulantes do centro da cidade, partindo do entendimento que esses trabalhadores não sobreviveriam fora dessa área de intenso fluxo comercial. Após um período em busca de soluções, a área em que funcionava o terminal rural, na avenida Maranhão, foi o local escolhido para a construção do shopping. O antigo terminal foi deslocado para outro ponto, sem deixar de ser central (Rede Piauí, 2019).

No ano de 2008, o centro da capital piauiense tinha como característica da sua paisagem a marcante presença de vendedores ambulantes pelas principais ruas com circulação de pessoas, que forneciam diferentes tipos de serviço, desde a venda de frutas, até sacoleiras de roupas. Durante esse período, estava em construção nas proximidades da praça da bandeira e de frente para o rio Parnaíba, o que se tornaria futuramente o Shopping da Cidade, popularmente conhecido como shopping dos camelôs.

Diante desse cenário de expectativas em relação a inauguração do novo centro comercial municipal, que a Agência de Comunicação Junior (AGECOM), divulga uma entrevista com alguns trabalhadores informais que atuavam naquele período no centro de Teresina. Uma das atividades que mais tem crescido no Brasil é o comércio informal. Na cidade de Teresina não teria como ser diferente. Mototaxistas, camelôs, vendedoras de lanches, entre outras pessoas, fazem parte do comércio (AGECOM, 2008).

Conciliando a necessidade com a criatividade muitos desses “informais” conseguem sustentar suas famílias. É o caso de Dona Antônio Maria, vendedora de lanches, que mora no bairro Lourival Parente. Segundo ela, o sustento da família está garantido pela venda. “Com certeza a venda de lanches, faz com que pague a passagem do meu filho e consiga sustentar os gastos dele na escola”, afirma Antônio Maria que sempre trabalhou com vendas. “Trabalhava na Ceasa com vendas de verduras, mas vi que o lanche daria mais lucro, sempre gostei desse tipo de comércio”, acrescenta a vendedora (AGECOM, 2008).

Maria Lúcia, camelô de 29 anos, trabalha há 13 anos no mercado informal, a trabalhadora relata como funciona sua rotina que considera muito puxada, mas também bastante gratificante, “Levanto as 5 horas da manhã, chego as 7 e quando chego ainda vou arrumar a mercadoria para deixar organizada. Gosto muito desse meu ramo, se não gostasse, não estaria há 13 anos trabalhando aqui, é aqui que ganho meu pão de cada dia, é aqui que me sinto em casa” (AGECOM, 2008).

Segundo Agecom (2008), os camelôs nos grandes centros urbanos recebem muitas críticas por sua presença nos espaços públicos, pois os críticos consideram que os trabalhadores desconstituem a paisagem urbana. Na capital do Piauí, procurando unir conforto e segurança tanto dos trabalhadores informais, como dos clientes, a prefeitura de Teresina inaugurou o Shopping do Camelô. O novo estabelecimento iria proporcionar a transição de clientes e mercadorias que até aquele presente momento, se aglomeravam em pequenos espaços existentes no centro da cidade. Em primeiro momento, o shopping contaria com cerca de 400 lojas de todas as variedades, como venda de calçados, bijuterias, alimentação e roupas.

O Shopping desde o início agradou a maioria dos camelôs, que sempre exigiram da Prefeitura um lugar digno para trabalharem. Segundo Maria Eunice, camelô a 8 anos, a expectativa está sendo muito grande em torno desse empreendimento. “Eu creio que tem tudo para dá certo, em sentido de conforto, nossa mercadoria ficará mais segura e conservada, nossos clientes também dizem que será melhor para eles que terão mais conforto para olharem as mercadorias e que nós merecemos esse local” afirma a vendedora que já está cadastrada para receber sua loja (AGECOM, 2008).

Depois de anos fazendo o cadastramento e monitoramento dos camelôs, no ano de 2009, o Shopping da Cidade foi inaugurado. No espaço interno de sua estrutura, conta com escadas rolantes, praça de alimentação, box comerciais, banheiro e órgãos públicos, dentre outros espaços, oferecendo uma estrutura que supre as necessidades tanto dos vendedores como também dos clientes (Rede Piauí, 2019).

Com a inauguração do shopping da cidade no ano de 2009, houve uma diminuição expressiva da presença de camelôs pelo centro da cidade, mudando o cenário do comercio informal com a realocação dessas pessoas para um espaço específico para eles. A ausência de uma quantidade significativa de ambulantes pelas principais ruas do centro de Teresina durou até meados de 2015, período em que os brasileiros começaram a sentir as consequências da crise econômica que o país começara a enfrentar.

Nesse mesmo ano de 2015, a câmara municipal de Teresina veio a discutir um local alternativo para os vendedores de sorvete que passaram a montar suas barradas pelas ruas do centro da cidade. “Esses vendedores ambulantes estão ameaçados de serem retirados dos seus locais de trabalho, e o vereador Paulo Roberto da Iluminação, proponente da audiência, está intermediando a negociação entre a categoria e a Prefeitura de Teresina” (CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA, 2015).

O superintendente da Superintendência de Desenvolvimento Urbano (SDU)² Centro/Norte, João de Pádua, afirma que a prefeitura não pode autorizar os trabalhadores a permanecer nas calçadas. "Todos os anos aparecem pessoas desempregadas, que querem voltar para o Centro. É uma realidade. Agora, a gente não pode permitir o descumprimento da norma” (CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA, 2015).

A vendedora de sorvete, Antônia Maria Castro, relata que há muitos aos os trabalhadores informais do centro tentam conseguir a formalização de seus empreendimentos junto à Prefeitura de Teresina, mas ainda não foi possível (CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA, 2015).

É uma tarefa árdua trabalhar no Centro. Não é fácil. Com tantas dificuldades, precisamos nos desdobrar para conseguir nosso pão de cada dia. E ainda temos que enfrentar a ameaça de sermos retirados do nosso local de trabalho. Somos teresinenses, somos de luta, e somos, acima de tudo, pessoas do bem. Precisamos apenas de um sim da Prefeitura", clamou Antônia Maria (CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA, 2015).

O jornal Meio News, no mesmo período publica uma reportagem sobre a insegurança sofrida pelos pedestres teresinenses no dia a dia, tendo em vista que as calçadas de ruas de intenso fluxo estão ocupadas por ambulantes e/ou usadas de maneira indevida como estacionamento.

Não é novidade, os problemas que os pedestres enfrentam ao acessar as calçadas, principalmente as do centro de Teresina, que têm servido de estacionamentos e pontos de vendas para camelôs. Nessas circunstâncias, os pedestres são obrigados a seguir seu trajeto passando pelas avenidas, correndo o risco de serem atropelados (Meio News, 2015).

As ocupações de forma irregular nas calçadas, infringem a Lei Complementar N° 4522 de 07/03/2014 do Código de Postura do Município, que estabelece aos pedestres o direito à

² A Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano é o órgão da estrutura organizacional da Prefeitura incumbido de desempenhar atividades relacionadas com a busca de mecanismos para explicitar e compatibilizar as políticas públicas pretendidas pelo governo municipal e as pleiteadas pela comunidade, procurando eliminar o crescente desequilíbrio entre demanda e oferta de serviços públicos e atender aos anseios da população, o que deverá ser feito em consonância com as políticas e planos desenvolvidos também pelos demais órgãos da Administração pública Municipal.

circulação acessível, autônoma e segura nas calçadas de toda a cidade, sem qualquer tipo de limitação (Meio News, 2015).

A Superintendência de Desenvolvimento Rural (SDU/Centro -Norte), através do gerente de fiscalização Enéas Costa, revela que não há projetos que melhorem a acessibilidade nas calçadas da Avenida Frei Serafim: “A gente trabalha fiscalizando para que tal barraca não tome 100% do acesso das calçadas, já que para a retirada dos camelôs requer discussões mais complexas”, explica (Meio Norte, 2015).

Durante os anos de 2013 à 2020, a cidade de Teresina foi administrada pelo ex-prefeito Firmino da Silveira Soares Filho, durante seu mandato, houve uma fiscalização mais expressiva na atuação dos camelôs espalhados pela capital. Como destacado pelo Gerente da Fiscalização da SDU/Centro-Norte, Eneas Costa em uma reportagem da TV Assembleia PI, todos os meses a prefeitura municipal faz entre cinco a dez apreensões e vendedores ambulantes. Uma equipe de quinze fiscais ocupa os pontos mais importantes da cidade bem busca de proibir esse tipo de atuação (TV Assembleia, 2017)

Mesmo com todo o trabalho realizado pela fiscalização, os ambulantes persistem. A SDU atua de duas maneiras, ao encontrar ambulantes insistindo em se instalarem em locais proibidos, primeiramente são alertados de que não podem permanecer nos locais e vender suas mercadorias, caso ocorra uma permanência mesmo após a alerta, os fiscais fazem a apreensão de todo o material. Dependendo do tipo de material, ele pode ser doado para instituições de caridade, como o caso de materiais perecíveis. Produtos ilegais, como as piratarias, não são devolvidos, se o ambulante conseguir comprovar que o seu produto é original mediante apresentação de nota fiscal, pode ser devolvido (TV Assembleia, 2017).

De acordo com os camelôs, a atuação dos fiscais não é tão pacífica como descrita anteriormente, no dia 22 de outubro de 2020, alguns ambulantes se reuniram ao lado do Museu do Piauí Casa Odilon Nunes, para fazer a denúncia dos fiscais da prefeitura de Teresina que os estariam impedindo de fazer a comercialização de seus produtos. Em entrevista para o portal de notícias OitoMeia, a camelô Rosilene da Silva Santos, que atua há mais de 19 anos na região, afirma que os agentes são agressivos durante as abordagens. “Eles estão nos impedindo de trabalhar, são brutos, ameaçam e levam nossa mercadoria embora. Agora, com a pandemia, nós precisamos trabalhar, queremos trabalhar” (OitoMeia, 2020).

A assessoria da Prefeitura Municipal de Teresina, reafirmou que a realização do comércio informal na região não é permitida de acordo com o código de postura N° 3610 e nega que houve postura agressiva por parte dos fiscais, como também que nenhuma mercadoria foi reconhecida (OitoMeia, 2020).

Rosilene relata que a abordagem tem sido agressiva e humilhante, e que após o início da pandemia tem se intensificado. Acrescenta também que quando a mercadoria é confiscada,

no momento da recuperação, é necessário fazer o pagamento que varia entre R\$ 200 e R\$300, e mesmo assim, não é feita a entrega completa dos produtos. “Quando vamos buscar nossa mercadoria, eles cobram uma taxa absurda, nos humilham e não devolvem ela do mesmo jeito que levaram, com produto prejudicado, ou faltando,” finalizou Rosilene (OitoMeia, 2020).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, o estado do Piauí ficou em terceiro no país com a maior taxa de trabalhadores informais. Se por um lado, a média do país atinge percentagem de 41,1%, o Piauí avança com quase 60,5% de seus trabalhadores sem nenhum tipo de registro trabalhista ou apresentando vínculo empregatício. Isso significa que esses profissionais não contam com alguns benefícios importantes previstos na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), como por exemplo, seguro-desemprego, férias renumeradas e aposentadoria (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NO PIAUÍ, 2020)

Ainda segundo o Ministério Público do Trabalho no Piauí (MPT), o aumento das taxas de informalidade é reflexo do desemprego que assola o país, atingindo uma taxa de desocupação de 11%, no último trimestre de 2019, ao todo, 11,6 milhões de brasileiros se encontravam fora do mercado de trabalho naquele ano. Dessas pessoas, pelo menos 2,9 milhões seguem em busca de trabalho por pelo menos 2 anos ou mais, sem sucesso. Devido a essas dificuldades, a grande massa trabalhadora não tem outra saída a não ser se submeter aos serviços sem carteira assinada (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NO PIAUÍ, 2020)

Ainda que os números sejam expressivos, são menores do que os contabilizados no ano anterior. Em 2018, os brasileiros fora do mercado de trabalho, contabilizavam 12,3%, ou seja, 0,4% a mais que 2019. No entanto, segundo o procurador do MPT do estado do Piauí, Carlos Henrique Leite, essa queda não deve ser encarada de forma animadora, pois seria como uma espécie de camuflagem da realidade difícil em que o país como um todo se encontra, com taxas de informalidade batendo recordes anualmente (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NO PIAUÍ, 2020)

Dizer que o Brasil está avançando nesse sentido é fazer uma leitura enviesada da realidade, pois essa leve redução está ligada diretamente ao aumento da informalidade. Atualmente, a taxa média de trabalhadores informais nos países desenvolvidos é de 18%, quando no Brasil quase metade da população se dedica a esta forma de trabalho por necessidade, pontuou (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NO PIAUÍ, 2020)

Em uma pesquisa mais recente publicada pelo site de notícias, Portal AZ, do ano de 2023, o estado do Piauí se manteve intacto como o terceiro no país com a maior taxa de desemprego totalizando 54,5%, perdendo apenas para o estado do Pará e Maranhão que respectivamente estão em primeiro e segundo lugar empatados, com percentual de (56,5%). O

estado do Piauí fica cerca de 15,2 pontos percentuais acima da média do Brasil, que apresenta (39,2%) de pessoas aptas a trabalhar, fora do mercado de trabalho (Portal AZ, 2023).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE, o maior contingente de pessoas na informalidade no estado estão distribuídas da seguinte maneira: 294 mil pessoas garantem sua fonte de renda trabalhando por conta própria, sem registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) totalizando (44,3%); 249 mil pessoas (37,6%) são funcionárias do setor privado; 75 mil (11,3%) são trabalhadores domésticos; 32 mil (4,8%) se caracterizam como trabalhadores de cunho “familiar auxiliar”; e 13 mil (2%), estão empregados sem registro no CNPJ (Portal AZ, 2023).

Ainda no ano de 2023, em uma reportagem da TV Cidade Verde, canal local da cidade de Teresina filiado ao SBT, constatou um avanço significativo do comércio informal no centro da cidade naquele ano, contabilizando 500 ambulantes atuando nas principais avenidas do centro da cidade e em frente aos principais hospitais. A presença desses novos comerciantes vem causando o incômodo entre os permissionários do *shopping* da cidade que consideram um comércio desleal, tendo em vista que clientes em potencial tem acesso aos produtos nas principais avenidas e praças, sem a necessidade de acessar o prédio comercial (Lima; José, 2023, p.1)

Atualmente, cerca de 500 ambulantes ocupam as ruas do centro comercial e do polo de saúde de Teresina. Na Câmara Municipal, tramita um projeto de lei que pretende flexibilizar os pontos ocupados por esses comerciantes. “Aqui é melhor porque as pessoas passam e veem as coisas e compram, não é? No Shopping da Cidade, principalmente na parte de cima, as pessoas não vão, então prefiro ficar aqui no meio da rua mesmo,” disse uma ambulante. Porém, a proposta não é bem vista por permissionários do Shopping da Cidade, que reclamam da falta de incentivo no local (Lima; José, 2023, p.1)

De acordo com um levantamento feito pelo jornal eletrônico OitoMeia, a presença dos ambulantes nas ruas não incomoda apenas a classe dos informais, como também os lojistas, que enxergam os camelôs como uma concorrência desleal e ilegal, pelo não pagamento de impostos que os donos das lojas têm obrigação de pagar, outro fator, os valores bem abaixo se comparado com os vendidos nos estabelecimentos comerciais também causa desconforto. Outro detalhe importante, são as barracas instaladas sem autorização e qualquer aviso prévio, a junção de todos esses fatores é encarado como prejudicial para o comércio da região do centro teresinense (OitoMeia, 2023).

A presença significativa de ambulantes no centro da cidade de Teresina e nos polos de saúde da capital do Piauí, refletem os danos diretos da pandemia da COVID-19 que assolou o setor econômico mundial, levando muitas pessoas a buscar fonte de renda no comércio informal. Segundo o depoimento de alguns comerciantes que atuam no *shopping* da cidade, a

presença dos concorrentes no período mais crítico da pandemia foi justificável e compreensível, mas após o período pandêmico a presença se torna prejudicial (Lima; José, 2023, p.1)

Estamos aqui no Shopping da Cidade há 14 anos, e há 14 anos já havia um projeto de revitalização do Centro que não permitia nenhum 'camelô' no Centro da cidade. Durante a pandemia, quando alguns precisavam e tinham que ficar no meio da rua, nós concordávamos. No entanto, hoje está atrapalhando o nosso comércio aqui," destacou um permissionário (Lima; José, 2023, p.1)

Segundo Lima e José (2023), a Superintendência das Ações Administrativas Descentralizadas (SAAD)³ Centro, sob o comando do prefeito Doutor Pessoa, informou que a prefeitura da capital vem monitorando a presença e ocupação de ruas da região do centro, como também, destacou que a solução para os vendedores do comércio informal está sendo pensada dentro do projeto Centro Vivo, que além de regularizar a situação dos ambulantes, tem como objetivo também atrair moradores para a área.

O comércio informal é bem diversificado, entre os ambulantes espalhados pela cidade, onde é possível encontrar pelas ruas desde camelôs de acessórios eletrônicos, barracas especializadas na venda de bijuterias, comidas prontas, remédios e etc. Segundo uma reportagem também do ano de 2023, do site Move Notícias, a maioria dos ambulantes presentes em frente aos principais hospitais públicos da cidade, como o hospital Getúlio Vargas (HGV), o grande fluxo de venda, se concentra no ramo alimentício. “Em frente ao Hospital Getúlio Vargas, maior hospital público do Piauí, e em plena Avenida Frei Serafim de Catânia, ambos cartões postais de Teresina, as barraquinhas improvisadas e trailers vendem comida ao gosto do freguês” (Ferreira, 2023, p. 2).

Os vendedores instalam seus pontos em calçadas, muitas vezes, em frente as lojas, oferecendo alimentos, utensílios domésticos e vestuário. Com a inauguração do Shopping da Cidade, em 2009 havia reduzido de forma expressiva o número de informais nas ruas da capital piauiense, mas a situação atual é de constante crescimento (Silva, 2023).

A Câmara Municipal de Teresina, realizou uma audiência pública para debater o projeto de lei enviado pelo prefeito Dr. Pessoa, que autorizou a permanência de ambulantes em vias públicas da cidade. A audiência foi convocada pela Comissão de Legislação e Justiça da Casa, liderada pelo vereador Venâncio Cardoso, com foco na acessibilidade de pedestres, incluindo pessoas com deficiência, no centro da capital, uma preocupação relevante entre os parlamentares (Silva, 2023).

³ Após a aprovação da reforma administrativa na Câmara Municipal de Teresina, o prefeito Dr. Pessoa (MDB) oficializou a divisão da antiga superintendência Centro /Norte em Superintendência das Ações Administrativas Descentralizadas Centro (SAAD-Centro) e Superintendência das Ações Administrativas Descentralizadas Centro (SAAD-Norte). A medida foi publicada no Diário Oficial de Teresina no dia 17 de março de 2021.

O projeto autoriza o comércio ambulante em diversos locais públicos de Teresina. Vereadores expressam suas preocupações, como o caso do vereador Aluísio Sampaio, que pediu uma fiscalização mais rigorosa para evitar situações desordeiras. Para o também vereador Ismael Silva, se faz necessário criar espaços apropriados para os camelôs. O líder da Câmara, Antônio José Lira, salienta que o projeto busca regularizar as atividades dos camelôs. O secretário de governo Michel Saldanha, destaca a necessidade de se delimitar as áreas de maior concentração desses trabalhadores para evitar a desorganização e garantir a permanência da acessibilidade, pensando nas pessoas com deficiência (Silva, 2023).

A praça Marechal Deodoro da Fonseca, mais conhecida como praça da Bandeira, localizada no centro de Teresina, tem um intenso fluxo de pessoas durante o dia, por ter em seu entorno, paradas de ônibus que fazem percurso em todas as zonas da cidade e que percorrem diversos bairros. A intensa movimentação de pessoas no local, atrai os camelôs que atuam há décadas dentro e fora da praça, oferecendo todo tipo de mercadoria.

Ainda nas proximidades da praça da Bandeira, funcionam importantes espaços públicos e turísticos, como o Museu do Piauí Casa de Odilon Nunes, situado na rua Areolino de Abreu, 900, que atualmente tem sua calçada de frente, dominada por barracas de ambulantes de todos os tipos, todos instalados uns próximos aos outros, por toda a calçada, tornando dificultosa a locomoção dos pedestres no local.

Figura 1: Camelôs em frente ao Museu do Piauí Figura 2: Camelôs em frente ao museu do Piauí



Fonte: Sousa, 2024



Fonte: Sousa, 2024

3.2. Perfil social dos trabalhadores que compõe o mercado informal de Teresina

O setor informal é composto pelos conta-própria, os pequenos empreendedores, geralmente esse tipo de trabalhador informal tem uma equipe de até cinco empregados que por vezes são seus familiares, aprendizes e assalariados. O setor informal é caracterizado de forma fundamental pela presença de autoemprego ou auto ocupação. A atuação nesse tipo de mercado, funciona para garantir um emprego e consequentemente a renda do proprietário, que atua diretamente em seu ramo e controla o seu próprio processo de trabalho (Pamplona, 2013, p. 228).

O perfil social desses trabalhadores não deve ser generalizado, de que todas as pessoas que se sustentam dessa maneira, vivem em uma situação de pobreza, embora a maioria seja. O setor informal, pode ser tanto uma forma de sobrevivência como também de ascensão social. O setor é heterogêneo, pois existem grandes diferenças de perfil ocupacional, de renda e condições de trabalho. Há aqueles que trabalham na informalidade por escolha própria e outros por falta de emprego no comércio formal (Pamplona, 2013, p. 228).

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), divulgou em maio de 2017 que dos 4.801 trabalhadores piauienses que foram demitidos, 4.708 foram dispensados sem justa causa. No ano anterior dos 6.376 demitidos, 6.262 foram dispensados sem justa causa. Segundo o advogado André Saraiva, os números são reflexo do desemprego que veio a atingir o Brasil naquele período, causando o fechamento de grandes empresas e consequentemente

mais pessoas em situação de desemprego. “O trabalho informal acaba não sendo uma questão de escolha, mas sim falta de opção. Muitas pessoas estão investindo em venda de cosméticos ou produtos de beleza como fonte de renda, vendas alternativas, que é considerado um trabalho informal” (SINDICATO DOS COMERCIARIOS, 2017).

É durante o cenário pandêmico da COVID-19 que o portal de notícias piauiense divulga uma reportagem sobre a situação enfrentada por trabalhadores informais que atuam nos semáforos das principais avenidas da capital em busca de qualquer quantia para a sua sobrevivência e de sua família (Machado, 2021).

É sob um sol escaldante e vestido de palhaço que Ronaldo Rodrigues, de 41 anos, vende artesanato para crianças todos os dias no semáforo do cruzamento da Rua Coelho de Resende com a Avenida Frei Serafim, no Centro Sul de Teresina. É desse trabalho que ele tira o sustento dos três filhos há mais de 10 anos. Entre um sinal e outro, ele sabe que até o final do dia precisa bater uma meta de R\$ 50 a R\$ 60 ou então passará fome. Tendo essa a única fonte de renda direta, ele conta as dificuldades enfrentadas durante a pandemia e falta de assistência por parte do poder público (Machado, 2021).

Atuando no semáforo também é possível encontrar casos como o de uma mulher chamada Rosineia Feitosa, de 28 anos, que segura uma placa anunciando que está disposta a trabalhar em qualquer área, pois seus filhos dependem do sustento dela. “Estou passando por uma situação muito difícil. Tenho quatro filhos para criar, moro de aluguel e estou com minhas contas de água e luz atrasadas. Eu estou disposta a trabalhar com qualquer coisa – gari, serviços gerais, empregada, qualquer coisa. Eu estou vivendo aqui no sinal e pedindo ajuda” (Machado, 2021).

4. VERIFICAÇÃO DA CONDIÇÃO SOCIAL DE MULHERES NO COMÉRCIO INFORMAL DE TERESINA

4.1. A trabalhadora teresinense e os desafios de sua jornada.

Historicamente a presença feminina no contexto do mercado de trabalho foi marcada por constantes reivindicações, com o objetivo de garantir a sua permanência, segurança e respeito no espaço de trabalho. Tendo em vista que a atividade laboral realizada fora do ambiente domiciliar, foi pensada para homens e dominada pelo gênero masculino. “O processo de reestruturação produtiva, caracterizado pela inserção de novos modelos produtivos e pelo fomento de novas tecnologias, intensifica o trabalho feminino, porém fomenta a divisão sexual do trabalho expressa por meio das desigualdades entre trabalhadores e trabalhadoras” (Weil; Pinheiro, 2013, p. 5)

Segundo Silva e Honorato (2021), em seu artigo *Classe, gênero e trabalho precário: um estudo sobre a condição da mulher comerciária de Teresina* (1980-1990), durante as décadas de 1980 e 1990, as mulheres que atuavam no comércio da cidade de Teresina no estado do Piauí, sofreram constantes situações de abuso de poder no contexto do trabalho, como assédio sexual, desigualdade salarial e demissões. Vale destacar que as comerciárias que denunciaram os abusos, tiveram apoio da imprensa local e dos sindicatos no intuito de repercutir o que vinha acontecendo.

Na cidade de Teresina, segundo dados divulgados pela imprensa escrita, dentre os casos mais frequentes de agressão contra a mulher, destacavam-se a ameaça de morte, a agressão moral e o espancamento. Em uma publicação do jornal O Dia, o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher revelou que “2.000 casos de violência praticados contra mulheres em Teresina haviam sido registrados somente nos anos de 1985 e 1986. Deste total, apenas seis casos foram levados a julgamento, e nenhum deles foi favorável à mulher, por falta de provas” (O DIA, 1987, p. 7). Nessa época a cidade ainda não possuía uma delegacia especializada no atendimento feminino (Silva; Honorato, 2021, p. 11)

Na segunda metade dos anos de 1980, a recém inaugurada loja de vestuário Marisa, na cidade de Teresina causa polêmica e protesto por parte das funcionárias, ao exigir que as mesmas assinassem um termo onde se comprometiam a não engravidar ou provar esterilidade. Como também, obrigadas a tirar as suas roupas no final do expediente com o intuito de que fosse feito uma revista, afim de constatar, que nada havia sido roubado das dependências da loja (Silva; Honorato, 2021, p. 11)

A possibilidade de uma funcionária engravidar e consequentemente tirar licença maternidade era vista de uma forma tão negativa por parte dos empresários, que muitas mulheres foram demitidas após sua licença maternidade entre os anos de 1984 e 1991 na cidade, tal situação veio a ser denunciada pelo presidente do sindicato, Evaldo Ciríaco à imprensa teresinense (Silva; Honorato, 2021, p. 12).

Os empresários do setor lojista de Teresina já começaram a ofensiva contra o dispositivo da nova Constituição do Brasil. De janeiro até agora, foram feitas nas lojas de Teresina 583 demissões. Desse total, 263 (45 por cento) eram mulheres. Ao fazer ontem a denúncia, o presidente do Sindicato dos Comerciários, Evaldo Ciríaco, revelou que no mesmo período do ano passado foram feitas apenas 58 dispensas de empregados no setor lojista. Desses desempregados, apenas 15 por cento eram mulheres. As teresinenses participam do mercado de trabalho na área do comércio lojista com 65 por cento da mão-de-obra. (Silva; Honorato, 2021, p. 12).

Ainda que o objetivo do artigo citado anteriormente tenha como foco a dificuldade que muitas teresinenses sofreram no contexto do trabalho formal nas décadas de 1980 e 1990, os desafios enfrentados e a demissão que muitas mulheres sofreram no decorrer do tempo, especialmente mulheres com filhos, as aproximam consequentemente para situação da

informalidade como meio de sobrevivência e não difere muito do que veio a acontecer em décadas posteriores.

Como na reportagem do ano de 2023, chamada *Mães Solo e a Informalidade*, onde é apresentado a dificuldade que muitas mulheres ao se tornarem mães enfrentam, ao largar seus empregos por não conseguir conciliar a rotina do trabalho com a maternidade, levando muitas delas a experimentar o trabalho informal. “Boa parte dessas mulheres não consegue conciliar a rotina de trabalho fora com a missão de cuidar sozinha de uma ou mais crianças. Muitas vezes essas mães acabam tendo que recorrer ao mercado de trabalho informal para conseguirem arcar com as despesas e sustentar os filhos”. (Cruz; Pinheiro, 2023, p. 1).

Ao olhar para as mulheres negras, a sua inserção no mercado de trabalho se torna algo mais difícil. O principal motivo dessa dificuldade é o racismo histórico sofrido pela população negra na sociedade brasileira. Dados do IBGE, apontam que nos primeiros três meses de 2022, mais de 4,1 milhões de mulheres negras se encontravam em situação de desemprego (Cruz; Pinheiro, 2023, p. 1).

A professora de economia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Kellen Brito, pesquisadora da área da economia feminista, destaca também essa desigualdade racial. “As mulheres pretas e pardas estão mais presentes nessa categoria de mãe responsável pelo lar e sem cônjuge ou companheiro. Dentro desse universo de mães solo, as mulheres negras são 80%. Elas têm uma maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, recebem menos pelo trabalho executado. A condição das mulheres pretas e pardas é uma condição bem mais precarizada dentro da nossa sociedade do que a situação das mulheres brancas, por exemplo”, comenta (Cruz; Pinheiro, 2023, p. 1).

A professora de economia complementa ao dizer que muitas dessas mulheres, são descritas por uma visão romantizada como “guerreiras”, como uma espécie de honra ou compensação por além de batalhar pelo sustento dos filhos em jornada de trabalho precarizadas no cenário informal, ainda precisam encarar os cuidados com a casa e com os filhos. E conclui ao dizer que isso é consequência da falta de cuidado e flexibilização das leis trabalhistas afim de atender as demandas dessa parte da sociedade (Cruz; Pinheiro, 2023, p. 1).

A reportagem também traz o relato de duas mulheres teresinenses que respectivamente são mães e sustentam suas famílias dentro do ramo informal, são elas, Layfrance Maria e Thais Coutinho. Layfrance Coutinho, pedagoga de formação e empreendedora relata ao portal Luneta, as dificuldades que vivenciou para dar conta da criação de seu filho de 6 anos e como a pandemia da COVID-19, foi a responsável principal para a mudança de sua vida (Cruz; Pinheiro, 2023, p. 1).

Eu tinha uma loja junto com a minha irmã no centro e trabalhava ainda de carteira assinada. No período da pandemia eu perdi a loja [...] e o emprego. [...] Eu tinha o sonho de ter uma loja e de ter uma escolinha, um lugar que fosse meu. Quando eu saí do emprego, eu resolvi com os meus pais que queria comprar uma casa por aqui, uma casa pra que eu pudesse trabalhar nela. Consegui a casa e da casa já fiz o meu local de trabalho e já coloquei a escolinha. [...] Então meu trabalho é de segunda a sexta na Escolinha da Tia Lay e no sábado e no domingo eu trabalho com as entregas das mercadorias que eu faço as vendas”, explica. As dificuldades para conseguir emprego formal sendo mãe solo estão presentes na vida de Layfrance. “Sempre quando eu ia para as entrevistas, perguntavam: ‘você é casada? Tem filho?’ E por eu já ter um filho, as escolas não querem.” Diz. Apesar de situações como essa, ela sabe que não pode desistir. “As dificuldades são muitas, mas a gente é capaz, a gente se esforça e eu, graças a Deus, sempre trabalhei, desde cedo, o meu filho não foi impedimento pra dizer ‘ah, não vou trabalhar, não posso trabalhar, tenho filho’, eu sempre buscava”, completa (Cruz; Pinheiro, 2023, p. 2).

O segundo exemplo de uma mulher que vive do mercado informal, é a manicure Thais Coutinho, mãe de suas crianças, uma de cinco anos e outra de 1 ano e 9 meses. A mesma relata para a reportagem como foi sua transição para o mercado de trabalho informal (Cruz; Pinheiro, 2023, p. 2).

Antes de ter filhos eu trabalhava em carteira assinada, mas depois que engravidei foi ficando difícil pra trabalhar, porque minha gravidez foi de risco. Logo depois que tive minha filha eu saí do trabalho e passei a só cuidar dela. Com o tempo foi que passei a trabalhar em casa, fazendo unhas que é uma coisa que eu gosto de fazer, e estou até hoje fazendo isso, já tem três anos”, conta, Thais. Buscando uma maior segurança e estabilidade financeira, Thais procurou voltar à formalidade, mas sem sucesso. “Mesmo fazendo unhas, eu já fui atrás de trabalho formal, mas não deu muito certo, porque eu tenho um filho novinho e arrumar uma pessoa para cuidar não compensava, porque estava indo meu salário todo. Então resolvi sair desse trabalho, cuidar do meu filho e trabalhar em casa mesmo. E em breve vou abrir uma loja on-line de biquínis, assim vou poder ter uma renda melhor para poder manter meus filhos”, finaliza (Cruz; Pinheiro, 2023, p. 2).

Em uma recente entrevista ao *podcast* do portal de notícias da Globo (G1), a economista Janaina Feijó, colaborou para o enriquecimento do debate em torno do trabalho informal, e qual a posição que a mulher assume nessa situação. Segundo a economista, atualmente cerca de 16 milhões de mulheres estão atuando no setor informal, três motivos que as levam a entrar no mercado informal e que se complementam, são eles, a maternidade, inflexibilidade de horários e o acúmulo de tarefas (Portal G1, 2024).

Muitas mulheres ao se tornarem mães, enfrentam desafios no comércio formal, a começar pelos horários de trabalho que demandam grande parte do dia, muitas mães não tem com quem deixar seus filhos pequenos para que possam trabalhar fora de casa, levando muitas delas a pedir demissão para se dedicar a criação de seus filhos e começar a empreender de casa. Em outros casos, entra outro desafio, a jornada dupla de trabalho, muitas mulheres precisam conciliar seus empregos com o cuidado da casa e dos filhos, causando exaustão e sobrecarga, acumulando muitas tarefas (Portal G1, 2024).

Portal G1 (2024), segundo a economista Janaina Feijó, uma solução para garantir a permanência dessas mães no mercado de trabalho formal, seria deixar as crianças em creches no horário do expediente, mas como seria possível se não há creches suficientes, o acesso a esses locais ainda é um grande desafio no país.

As creches públicas em funcionamento estão frequentemente com sua demanda alta, e das 1200 novas em processo de construção, as obras estão paradas. A busca por locais privados não se torna uma opção, tendo em vista que os baixos salários não permitem que essas mães deixem seus filhos pequenos nesses locais. O podcast mediado pela jornalista Júlia Daybi, trouxe dados sobre a inserção de crianças a esses espaços no decorrer de uma década, no ano de 2010, apenas (13%) de crianças entre 2 e 3 anos estavam matriculadas nessas instituições, em 2023, houve um crescimento nesses números, onde (30%) das crianças de mesma idade estavam matriculadas, mas apesar do aumento, os números não são animadores (Portal G1, 2024).

Em busca de analisar motivos que levaram as mulheres ao mercado informal de Teresina, bem como os desafios enfrentados pelas mesmas, foi desenvolvida uma entrevista no mês de dezembro, no ano de 2024, com cinco camelôs que atuam em duas principais praças do centro da cidade, sendo a primeira na praça da Bandeira e a segunda, a Praça Rio Branco, também conhecida popularmente como Praça do Relógio. O mês de dezembro foi escolhido para a execução da entrevista, por se tratar de um período de intenso fluxo comercial devido as festividades de final de ano.

O ponto de partida para o desenvolvimento da entrevista, se deu com a busca por mulheres camelôs que vendem não somente um tipo de mercadoria, afim de analisar se o tipo de mercadoria vendida, bem como o tipo de cliente altera suas percepções sobre sua atuação diária. Ao todo foram feitas quatro perguntas, são elas: 1. O que a levou a trabalhar no ramo de camelô? 2. Durante seu dia a dia, quais os desafios enfrentam atuando no local? 3. Sua atuação atual é sua principal fonte de renda? 4. Se pudesse escolher entre trabalhar no ramo formal (com carteira assinada e todos os direitos trabalhistas), mas vivendo de salário mínimo, trocaria a vida de camelô?

A primeira entrevistada “A”, 54 anos, relata que começou a trabalhar como ambulante aos 7 anos de idade, vendendo frutas, atualmente sua principal fonte de renda é com a venda de confecção em frente ao Museu do Piauí, juntamente com outras vendedoras do mesmo produto, instaladas uma do lado das outra.

Entrevistadora: O que a levou a trabalhar no ramo de camelô?

Entrevistada A: A necessidade de ter o que comer, criar os filhos. Hoje roubaram meu celular com tudo, documento, uma pessoa chegou pra conversar comigo assim como você, depois chegou um cliente, quando vi já tinham levado meu celular, tive que registrar o B.O e tentar recuperar o chip.

Entrevistadora: E os policiais?

Entrevistada A: Falta polícia, eles ficam dentro das viaturas, quando grita pega ladrão nada acontece, mas até que melhorou mais

Entrevistadora: Durante seu dia a dia, quais os desafios enfrentam atuando no local?

Entrevistada A: Muita quentura, falta de banheiros pra nós que trabalhamos no meio da rua, falta de segurança.

Entrevistadora: Qual sua atual fonte de renda?

Entrevistada A: A venda dos produtos, sou a única que trabalha pra sustentar a casa, tenho ajuda só da minha neta que recebe o bolsa família. Sou diabética, não consigo pegar auxílio, só consigo tirar dinheiro daqui pra pegar comida, internet, água e luz. Não é todo dia que a gente vende, tem dia que vende bem, outros dias só vende 20, 10, tem dia que só consegui vender 10 reais que foi uma pá de meia. Na época dos fiscais do Firmino que eles corriam atrás da gente, já to até triste que diz que vai voltar tudo de novo, em janeiro em diante os fiscais vão correr atrás do trabalhador. Já levaram tudo meu uma vez. Na época do Pessoa não tinha isso, ele que liberou os camelôs na rua, agora quando voltar, eu vou desistir dessa vida, não tenho mais condição de correr com a mercadoria pros fiscais não tomar.

Entrevistadora: Se pudesse escolher entre trabalhar no ramo formal (com carteira assinada e todos os direitos trabalhistas), mas vivendo de salário mínimo, trocaria a vida de camelô?

Entrevistada A: Não. Trocaria não, aqui eu acho que ganho melhor, não sou tão humilhada, tem muito trabalho que ainda é muito humilhada. Meu filho trabalhava de Uber, quase mataram ele. Um salário não dá pra viver, tem o bolsa família (...), mas sem isso aqui, eu passava fome, eu já passei muita fome. Desse tanto de governo, eu tenho 55 anos, já passei por uma geração imensa, hoje as coisas estão bem melhor. Com 13 anos, vivendo nessa Teresina, eu passava fome. Com 13 anos, eu e meus irmãozinho ia caçar coisa estragada no mercado pra comer, coisa que hoje em dia eles jogam quase perfeita no mato.

A segunda entrevista, de nome “B”, 58 anos, trabalha atualmente vendendo sucos e salgados nas proximidades da Praça da Bandeira, relata que tem cerca de mais de um ano que trabalha no centro de Teresina, com a ajudado marido que atua também como mototáxi no local.

Figura 3: Vendedora ambulante de salgados no centro de Teresina



Fonte: Sousa, 2024

Entrevistada B: A falta de emprego (risos). Aqui nesse lugarzinho que eu fico quase ninguém mexe comigo, eu não divido espaço com outras pessoas do mesmo ramo, como fica só eu nesse espaço aqui, não tenho tanta dificuldade assim né.

Entrevistadora: Durante seu dia a dia, quais os desafios enfrentam atuando no local?

Entrevistada B: Da pra mim trabalhar de boa, tranquilo, assim. Meus clientes graças a Deus são ótimos, nunca tive problema, me dou muito bem com eles, as vezes rola um estressezinho. A polícia não mexe com a gente, ficamos tranquilos, me sinto mais segura.

Entrevistadora: Sua atuação atual é sua principal fonte de renda?

Entrevistada B: Minha fonte de renda é exatamente daqui o complemento de renda é meu esposo que trabalha como mototáxi e me ajuda aqui também, um ajuda o outro.

Entrevistadora: Se pudesse escolher entre trabalhar no ramo formal (com carteira assinada e todos os direitos trabalhistas), mas vivendo de salário mínimo, trocaria a vida de camelô?

Entrevistada B: Com certeza dou preferência pra aqui, não tenho horário pra cumprir, não tem patrão pra bater meta (risos). Aqui eu sou livre, posso chegar a hora que quiser, a hora que eu achar que devo chegar, posso ir embora quando quiser, encerrou aqui eu vou embora.

Entrevistadora: O que a senhora ganha supre a sua necessidade?

Entrevistada B: Com certeza, certo que a carteira assinada você tem um segurozinho, a diferença é que com a carteira você tem algo mais seguro, aqui você vai se aventurar, mas dá pra gente viver de boa, sem estresse.

A terceira ambulante entrevista de nome “C”, 50 anos, assim como a primeira entrevista trabalha no ramo informal desde sua infância, aos sete anos. Segundo ela, o trabalho vem de berço, seus pais trabalhavam vendendo sua e ela e seus irmão acompanhavam, tendo como local de atuação o centro de Teresina. Atua há quatro anos nas paradas de ônibus da praça da

Bandeira, comercializando verduras e roupas. Ao ser questionada se já almejou ter um box no shopping da cidade, a mesma relata que sim, mas que ainda não conseguiu realizar.

Entrevistadora: O que a levou a trabalhar no ramo de camelô?

Entrevistada C: Já é de berço, de mãe e pai, vinha com eles e passava o dia todinho embaixo de uma banca.

Entrevistadora: Durante seu dia a dia, quais os desafios enfrentam atuando no local?

Entrevistada C: Ladrão demais, muito noiado na rua. Muita dificuldade nós temos.

Entrevistadora: E a segurança, a senhora acha que tem?

Entrevistada C: Pouca. Não tem guarda. Eu chego as sete da manhã, você pode olhar, não tem um pinga de segurança.

Entrevistadora: Se pudesse escolher entre trabalhar no ramo formal (com carteira assinada e todos os direitos trabalhistas), mas vivendo de salário mínimo, trocaria a vida de camelô?

Entrevistada C: Não trocaria. Porque a gente quando trabalha de carteira assinada, tem hora pra entrar e hora pra sair. Né? E não, eu venho na hora que quero e são na hora que quero. O que ganho dá pra suprir todas as necessidades, todos em casa trabalham junto comigo.

Figura 4: Vendedora ambulante de verduras e vestuário no centro de Teresina Figura 5: Vendedora ambulante de verduras e vestuário no centro de Teresina



Fonte: Sousa, 2024



Fonte: Sousa, 2024

Entrevistada “D”, 40 anos de idade, trabalha vendendo água de coco e água mineral na praça Rio Branco, atua como camelô há quatro anos, anteriormente fazendo a venda de painéis. Não tem reclamação sobre a segurança da praça em que atua. Ao ser questionada o motivo que levou a trabalhar no ramo informal, prefere não falar, se limita em dizer apenas que foi por motivos de saúde.

Entrevistadora: Durante seu dia a dia, quais os desafios enfrentam atuando no local?

Entrevistada D: Os desafios é a incerteza se vamos continuar aqui, no ano que vem não sabemos o que vai acontecer com a gente aqui né? Os ambulantes. Nunca tive problema com os clientes também. Graças a Deus nunca sofri nenhum tipo de assédio.

Entrevistadora: Se pudesse escolher entre trabalhar no ramo formal (com carteira assinada e todos os direitos trabalhistas), mas vivendo de salário mínimo, trocaria a vida de camelô?

Entrevistada D: Aqui é a única fonte de renda e recebo bolsa família. Na realidade eu estou trabalhando aqui por motivos de saúde, antes eu trabalhava de carteira assinada. Pra eu voltar a trabalhar de carteira assinada, primeiro eu tenho que adquirir minha saúde novamente. Acho melhor trabalhar de carteira, pois quando adocece você tem seus direitos e aqui não tem.

A última entrevistada, “E”, 37 anos, trabalha com a venda de bijuterias há 16 anos, antes atuava com a venda de peças íntimas também no ramo informal. Relata que o que a levou a trabalhar como camelô foi a falta de estudos e o desemprego.

Entrevistadora: Durante seu dia a dia, quais os desafios enfrentam atuando no local?

Entrevistada E: tem muitos, os ladrão, o calor que é grande demais e o peso da mercadoria pra carregar. Sofri muitos desconfortos, assédio dos homens (...)

Entrevistadora: sua principal fonte de renda é da venda das bijuterias?

Entrevistada E: É daqui toda daqui. Sustento meus três filhos daqui.

Entrevistadora: Se pudesse escolher entre trabalhar no ramo formal (com carteira assinada e todos os direitos trabalhistas), mas vivendo de salário mínimo, trocaria a vida de camelô?

Entrevistada E: Não trocaria, um salário não dá pra nada, a gente vem no dia que quer, abre na hora que quer. Podemos pagar o INSS do mesmo jeito.

Ainda segundo “E”, no período em que Firmino Filho atuava como prefeito na cidade, não chegou a ter problema com a fiscalização, pois trabalhava na feira, bem como, tinha que levar seus filhos para o local de trabalho pois não tinha com quem deixar. Acrescenta que se houvesse fiscalização atualmente não tinha condição de trabalhar, por ser dificultoso desarmar a barraca de bijuterias.

Pelo que foi relatado pelas entrevistadas, os dois últimos anos da gestão do então prefeito Dr. Pessoa, foi o momento em que os ambulantes puderam retornar ao centro da cidade sem maiores complicações, notícias vinculadas em portais de notícias locais no período de 2023 e 2024 reafirma essa maior flexibilização. O resultado as eleições de outubro de 2024, com Silvio Mendes eleito, vem causando incerteza sobre o destino dos ambulantes do centro da cidade.

O que se pode perceber após as entrevistas, foi que das cinco entrevistadas, apenas “D” trocaria o trabalho como ambulante, para o trabalho formal, devido a segurança que a carteira de trabalho proporciona em casos de acidentes ou doenças. As outras quatro entrevistadas, apesar dos desafios enfrentados no dia a dia, como a falta de segurança e possíveis assédios, enxergam o trabalho informal mais vantajoso pela possibilidade de trabalhar no dia que querem, bem como a possibilidade de ganhar mais que um salário mínimo.

4.2. Políticas públicas que visem o acolhimento dos trabalhadores informais na cidade

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, é do Auditor-Fiscal a atribuição legal de fiscalizar e verificar o registro dos trabalhadores, com o intuito de reduzir os índices de informalidade. No ano de 2014, o Plano Nacional de Combate à Informalidade dos Trabalhadores Empregados (Planice), intensificou o combate à informalidade. O plano tem como objetivo instigar o aumento da formalização da grande massa de trabalhadores informais da iniciativa privada no país, garantindo a proteção social do trabalhador, a promoção da justiça fiscal entre os empregadores e a promoção da devida solidarização do sistema arrecadatário (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2020).

O Planice busca conscientizar os empregadores e trabalhadores sobre os benefícios do registro formal e sobre os riscos em torno da informalidade, causando uma formalização espontânea, como também, aumentar a eficiência das ações fiscais entre os empregadores que insistem em manter trabalhadores sem registro (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2020).

As estratégias citadas anteriormente, tem aumentado a eficiência na inspeção do trabalho de reduzir a informalidade em todo o território nacional, em especial, ao alcance e poder de repressão quando se detecta casos de fraude ao vínculo empregatício, trazendo dessa maneira, direitos aos trabalhadores e coibindo a sonegação fiscal (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2020).

O trabalho formal garante benefício trabalhistas e previdenciários para os empregados, como FGTS, segundo-desemprego, férias, 13º salário, auxílio-doença, abono salarial, auxílio-acidente, salário maternidade e aposentadoria. Bem como, a garantia da assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social, funciona como uma forma de comprovar renda fixa, utilizada para a obtenção de crédito, e uma maneira de demonstrar a experiência de trabalho (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2020).

O governo do estado de São Paulo, lançou no dia 7 de abril de 2021 com a promulgação da lei nº 17.372, o Programa Bolsa do Povo, que tem como objetivo oferecer ocupação,

qualificação profissional e renda para a população desempregada e trabalhadores informais. Com o programa Bolsa Empreendedor, inserido dentro do programa do povo, esse público-alvo pode receber um auxílio de R\$ 1.000, dividido em duas parcelas de R\$ 500,00 (CIDADE VERDE, 2022).

O programa é aberto a todos os desempregados e informais do estado, mas tem como prioridade pessoas que comprovarem baixa renda, jovens de 18 a 35 anos, mulheres, pessoas autodeclaradas negras, pardas, indígenas e pessoa com deficiência (PCD). O beneficiário além de receber a bolsa-auxílio, também terá curso de qualificação e formalização como microempreendedor individual. Para participar como beneficiário, os participantes devem ser alfabetizados, maiores de idade, MEI ou desempregado e residir no estado de São Paulo (CIDADE VERDE, 2022).

Assim como no estado de São Paulo, a cidade de Teresina, concede meios de promover os microempreendedores teresinenses tanto formais como informais, como o caso do Programa de Incentivo à Economia Solidária e aos Microempreendedores de Teresina (Empreender Mais Teresina), através do Decreto nº 25104 de 09 de novembro de 2023 (Legisweb, 2023).

De acordo com o site Legisweb (2023), no artigo 1º do Decreto municipal, fica instituído o Programa de Incentivo à Economia Solidária e aos Microempreendedores de Teresina (Empreender Mais Teresina), os seguintes objetivos.

I - estimular e promover o desenvolvimento econômico, a economia criativa, a inclusão produtiva e a geração de renda por meio do empreendedorismo; II - em relação às micro e pequenas empresas, estimular e promover: (a) a cultura de exportação de bens e serviços; (b) a qualificação para participar de contratações públicas; (c) o incremento de sua participação no produto interno bruto teresinense, bem como da competitividade e da produtividade; (d) a oferta de crédito facilitado; III - priorizar: (a) as vocações econômicas e os aspectos sociais e culturais regionais, visando ao desenvolvimento equilibrado das regiões da cidade; (b) a eliminação dos obstáculos históricos, sociais, culturais, de gênero, raça ou ascendência que impeçam a participação em empreendimentos econômicos (Legisweb, 2023).

O programa empreender mais Teresina, em seu artigo 2º contempla o estímulo a qualificação técnica através de cursos de qualificação empreendedora; auxílio de crédito para as micro e pequenas empresas, como também concessão de crédito no âmbito municipal para profissionais autônomos tanto formal como informal. Ainda em relação as linhas de crédito, há o apoio a grupos específicos, como o caso das mulheres empreendedoras, que através do Crédito Empreenda Mulher, podem conseguir esse auxílio que visa à promoção e o desenvolvimento do empreendimento feminino (Legisweb, 2023).

Dados da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Piauí (Badespi), a capital do Piauí, lidera o ranking de municípios que mais vem investindo nos empreendedores, em especial os

pequenos. De acordo com os resultados da pesquisa, somente no ano de 2024, foram destinados cerca de R\$ 15 milhões para esse público (GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, 2024).

Com o crescente desenvolvimento do Piauí em 2024, os empreendedores piauienses têm conseguido mais recursos e capital de giro para ampliação de suas empresas. Em Teresina, os principais segmentos que têm conseguido maior êxito de investimentos são comércio atacadista de alimentos, vendas de roupas, vendas de artigos e utensílios de joias, açougue, confeitaria, dentre outros. Outro dado importante é sobre as linhas que mais tiveram recursos investidos, dentre os destaques estão turismo, inovação, microempresas e empreendedorismo feminino (GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, 2024).

Foi constatado pela Badespi que Teresina está à frente de todos os municípios do Piauí, com investimentos que chegam a R\$ 14,7 milhões, em segundo lugar estão as cidades de Picos R\$ 1,4 milhão, em terceiro lugar respectivamente Parnaíba e Cajueiro da Praia com R\$ 1,2 milhão e em quinto lugar, o município de Altos com R\$ 722 mil reais. Os cinco municípios estão à frente de todos os outros com maus recursos da Agência de Fomento para fazer investimento nos empreendedores ruais e urbanos (GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, 2024).

Uma das beneficiadas é Rosa Resende, mãe atípica e empreendedora no setor de comércio varejista de artigos de vestuário do município de Teresina. Com os recursos concedidos, ela poderá investir em seu negócio, expandindo as operações e melhorando a competitividade no mercado. "Agradeço à Badespi por essa oportunidade. Esse crédito será fundamental para que eu possa expandir meu negócio. Foi rápido e vai me ajudar muito no meu trabalho", disse a empreendedora Rosa Resende (GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, 2024).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informalidade é um tema complexo a se discutir, são muitos os motivos que levam as pessoas a buscarem no comércio de rua sua fonte de sustento, seja a falta de oportunidade no ramo formal, o nível de escolaridade, a herança no ramo familiar, a possibilidade de fazer seus próprios horários e/ou o meio de fazer uma renda extra.

O que se pode afirmar em relação a essa temática, é que os camelôs ao armar suas barracas pelas vias públicas, tem que enfrentar diariamente algumas dificuldades, como a falta de segurança, a incerteza de vendas e a briga com os órgãos municipais responsáveis pela fiscalização das ruas, que caso o ambulante não comprove que seu produto seja de caráter legal, tem ele recolhido pelos agentes municipais. O trabalho informal, também não garante ao trabalhador direitos trabalhistas que a carteira assinada do trabalho formal proporciona, como o seguro-saúde em caso de acidentes que impossibilitem o trabalhador de continuar atuando e o 13º salário no final de todos os anos.

Ainda que o ramo informal possa parecer incerto, muitos trabalhadores ainda preferem atuar nessa modalidade, se comparado com o mercado formal. Como o caso das ambulantes da

cidade de Teresina, das cinco entrevistadas, somente uma preferia trabalhar de carteira assinada, as outras quatro, estão satisfeitas com o seu rendimento atuando como conta-própria. Ainda que o dia a dia tenha suas dificuldades, principalmente em relação a segurança, a possibilidade de fazer seus horários e no final do mês, conseguir mais de um salário mínimo, torna o comercio de rua mais atrativo para os camelôs atuantes no centro de Teresina.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGECOM AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO JUNIOR. **COMÉRCIO INFORMAL EM TERESINA: MOTOTAXISTAS, VENDEADORAS DE LANCHES, CAMELÔS, SEUS GANHOS SALARIAIS, O DIA-A-DIA, E O SHOPPING QUE SERÁ INAUGURADO EM BREVE.** Teresina, 20 nov. 2008. Disponível em: <https://agecomestacio.wordpress.com/2008/11/20/comercio-informal-em-teresinamototaxistas-vendedoras-de-lanchescamelosseus-ganhos-salariaiso-dia-a-dia-e-o-shopping-que-sera-inaugurado-em-breve/>. Acesso em: 8 nov. 2024.

Brasil Escola. Organização Internacional do Trabalho (OIT). [S.l.], [sem data]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/organizacao-internacional-do-trabalho-oit.htm>. Acesso em: 13 dez. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 14.611, de 13 de julho de 2023.** Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. [S.l.], 13 jul. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114611.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade.** Campinas, ed. 14, p. 153-174, 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643124/10674>. Acesso em: 3 out. 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA. **Comissão vai discutir local alternativo para abrigar vendedores de sorvete do Centro.** Teresina, 25 nov. 2015. Disponível em: <http://200.23.153.37/noticia/comissao-vai-discutir-local-alternativo-para-abrigar-vendedores-de-sorvete-do-centro>. Acesso em: 8 nov. 2024.

Cidade Verde. Trabalhador informal pode receber R\$ 1.000 do Bolsa do Povo; veja como se cadastrar. Teresina, 2022. Disponível em: <http://cidadeverde.com/noticias/373002/trabalhador-informal-pode-receber-r-1000-do-bolsa-do-povo-veja-como-se-cadastrar>. Acesso em: 12 de dez. 2024.

COSTA, Maria da Silva. TRABALHO INFORMAL: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **SciELO**, Salvador, v. 23, n. 56, p. 171-190, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.org/pt/pub/doc/10.1590/S0104-07082010000500011>. Acesso em: 3 out. 2024.

CRUZ, Jussara; PINHEIRO, Rauena. Mães Solo e a informalidade: “Eu saía pela manhã e só retornava à noite”. **Portal Luneta Laboratório de Webjornalismo**, Teresina, p. 1-3, 22 jan. 2023. Disponível em: <https://portalluneta.com.br/2023/01/22/maes-solo-e-a-informalidade/>. Acesso em: 17 out. 2024.

FAÇANHA, Antônio Cardoso; VIANA, Bartira Araújo da Silva. Planejamento e Gestão Urbana em Teresina (PI): Notas da Agenda 2015 como Plano Diretor. **Revista Equador (UFPI)**, Teresina, v. 1, ed. 1, p. 60-78, 2012. Disponível em: <https://ojs.ufpi.br/index.php/equador/article/viewFile/899/796>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FERREIRA, Douglas. Comércio informal avança no centro comercial e cresce o número de moradores de rua em Teresina. **Move Notícias**, Teresina, p. 1-2, 20 nov. 2023. Disponível em: Comércio informal avança no centro comercial e cresce o número de moradores de rua em Teresina. Acesso em: 16 out. 2024.

GP1. Divisão da SDU Centronorte é oficializada pelo prefeito Dr. Pessoa. Teresina, 19 mar. 2021. Disponível em: <https://www.gp1.com.br/pi/piaui/noticia/2021/3/19/divisao-da-sdu-centronorte-e-oficializada-pelo-prefeito-dr-pessoa-497987.html>. Acesso em: 11 dez. 2024.

HIRATA, Henata. Globalização e divisão sexual do trabalho. **SciELO**, [s. l.], p. 139-156, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/PcsfvS6CPpgQRZLRmdTzgxL/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA - PNAD CONTÍNUA**: Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012-2020. Brasil, 2021. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaquos_PNAD_continua/2012_2020/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2020.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaquos_PNAD_continua/2012_2020/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2020.pdf). Acesso em: 12 dez. 2024

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Indicadores de mercado de trabalho: desemprego, informalidade, subutilização e inatividade. Brasília, [sem data]. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/mercado-de-trabalho/desemprego-informalidade-subutilizacao-e-inatividade/apresentacao#:~:text=Entre%202016%20e%202019%2C%20a,queda%20observada%20nos%20trabalhadores%20formais>. Acesso em: 11 dez. 2024

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya. Geneva, 1972. Legisweb. Decreto nº25104, 2023. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=451806>. Acesso em: 12 dez. 2024.

LIMA, Rebeca; JOSÉ, Francisco. Projeto que busca flexibilizar comércio informal no Centro de Teresina gera discussão entre comerciantes. **TV Cidade Verde**, Teresina, p. 1-2, 11 out. 2023. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/400829/projeto-que-busca-flexibilizar-comercio-informal-no-centro-de-teresina-gera-discussao-entre-comerciantes>. Acesso em: 16 out. 2024.

MACHADO, Jorge. "Ou trabalho na rua, ou morro de fome", diz trabalhador informal sobre crise prolongada. **Portal O Dia**, Teresina, p. 1-3, 3 set. 2021. Disponível em: <https://portalodia.com/noticias/teresina/%C3%A2%E2%82%AC%C5%93ou-trabalho,-ou-morro-de-fome%C3%A2%E2%82%AC%C2%9D,-diz-trabalhador-informal-sobre-crise-prolongada-387331.html>. Acesso em: 8 nov. 2024.

Meio News. Ocupações em calçadas põem pedestres em risco nas vias da capital. Teresina, 2015. Disponível em: <https://www.meionews.com/noticias/ocupacoes-em-calcadas-poem-pedestres-em-risco-nas-vias-da-capital-278767>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Ministério do Trabalho e Emprego. Combate à informalidade. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/combate-a-informalidade>. Acesso em: 12 dez. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NO PIAUÍ. **Desemprego faz do Piauí o terceiro Estado do Brasil em trabalho informal**. Teresina, 2020. Disponível em: Desemprego faz do Piauí o terceiro Estado do Brasil em trabalho informal. Disponível em: <https://www.prt22.mpt.mp.br/informese/2uncategorised/424informalidade#:~:text=O%20Piau%C3%AD%20%C3%A9%20o%20terceiro,registro%20trabalhista%20ou%20v%C3%ADnculo%20empregat%C3%ADcio>. Acesso em: 10 out. 2024.

OITOMEIA (org.). **Camelôs denunciam agressão de fiscais em THE; Prefeitura nega e afirma que comércio no local é irregular**. Teresina, 22 out. 2020. Disponível em: <https://www.oitomeia.com.br/noticias/2020/10/22/camelos-denunciam-agressao-de-fiscais-proximo-ao-museu-do-piaui/>. Acesso em: 26 dez. 2024.

Oitomeia. Camelos voltam às ruas de Teresina, incomodam lojistas e pressionam a prefeitura: o que fazer? Teresina, 16 jun. 2023. Disponível em: <https://www.oitomeia.com.br/noticias/2023/06/16/camelos-voltam-as-ruas-de-teresina-incomodam-lojistas-e-pressionam-a-prefeitura-o-que-fazer/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

PAMPLONA, João Batista. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, ano 30, ed. 1, p. 225-249, 2013.

PIAUÍ tem a terceira maior taxa de informalidade no mercado de trabalho do país. *In*: PORTAL AZ. **Piauí tem a terceira maior taxa de informalidade no mercado de trabalho do país**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.portalaz.com.br/noticia/economia/66987/piaui-tem-a-terceira-maior-taxa-de-informalidade-no-mercado-de-trabalho-do-pais/>. Acesso em: 10 out. 2024.

PORTAL G1. De inflexibilidade a jornada dupla: como o mercado empurra a mulher para o trabalho informal. **G1.com**, São Paulo, p. 1-1, 8 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2024/03/08/de-inflexibilidade-a-jornada-dupla-como-o-mercado-empurra-a-mulher-para-o-trabalho-informal.ghtml>. Acesso em: 8 nov. 2024.

Prefeitura Municipal de Nova Serrana. Atribuições da Secretaria Municipal de Obras, Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Nova Serrana. Disponível em: <https://www.novaserrana.mg.gov.br/portal/noticias/0/3/1761/atribuicoes-secretaria-municipal-de-obras-planejamento-e-desenvolvimento-urbano#:~:text=cuidar%20do%20zoneamento%20urbano%2C%20do,XX..> Acesso em: 11 dez. 2024.

Rede Piauí. Shopping da Cidade completa dez anos e marca período de transformações no centro de Teresina. Teresina, 2019. Disponível em: <https://redepiaui.com/noticias/shopping-da-cidade-completa-dez-anos-e-marca-periodo-de-transformacoes-no-centro-de-teresina/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SILVA, Arnaldo. **Retorno de ambulantes para o centro de Teresina tem gerado polêmicas**. Teresina, 16 out. 2023. Disponível em: <https://piauihoje.com/noticias/cidade/retorno-de->

ambulantes-para-o-centro-de-teresina-tem-gerado-polemicas-418381.html. Acesso em: 23 dez. 2024.

SILVA, Eliana Aparecida; HONORATO, Cesar Teixeira. CLASSE, GÊNERO E TRABALHO PRECÁRIO: UM ESTUDO SOBRE A CONDIÇÃO DA MULHER COMERCIÁRIA DE TERESINA (1980 – 1990). **ANPUH BRASIL- 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/ RJ 2021**, Rio de Janeiro, p. 1-17, 2021.

SILVA, Laruanys Adalgiza de Figueiredo; MOURA, Renan Gomes de. Administração. Teresina: UFPI, 2022. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/PICOS/Not%C3%ADcias/PICOS_2022/Biblioteca/2022/Administra%C3%A7%C3%A3o_2022/Laruanys_Adalgiza_de_Figueiredo_Silva_e_Renan_Gomes_de_Moura.pdf. Acesso em: 12 dez. 2024.

SINDICATO DOS COMERCIARIOS. **“O trabalho informal acaba não sendo uma questão de escolha”, diz advogado.** Teresina, 2017. Disponível em: <https://www.sindcomteresina.com.br/mobile/noticias.php?id=3694>. Acesso em: 8 nov. 2024. VENDEDORES ambulantes são proibidos de comercializar no centro de Teresina. Teresina: Tv Assembleia, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GsxdkQB2eOU>. Acesso em: 26 dez. 2024.

WEIL, Andreza Gomes; PINHEIRO, Maria Joseilda da Silva. MULHERES CAMELÔS DO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS: IDENTIDADE E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA PRAÇA DA MATRIZ. **Fazendo Gênero 10 Desafios Atuais dos Feminismos**, Manaus, p. 1-12, 2013.